

## TERMO DE REFERÊNCIA

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – LICITAÇÃO

### PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ – MG

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação integrada para elaboração de projetos e execução de obras de contenção e drenagem (retaludamento) no bairro Nossa Senhora de Fátima – Itajubá/MG, conforme proposta nº 013368/2024, Novo PAC, Código do Instrumento 964478, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Contratação integrada para elaboração de projetos e execução de obras de contenção e drenagem (retaludamento) no bairro Nossa Senhora de Fátima	5622	Unidade	1	Sigiloso (Art.24 Lei 14.133/2021)

#### 1.2. Regime de Execução

1.2.1. Contratação Integrada, nos termos do art. 46, da Lei nº 14.133/2021.

1.2.2. Justificativa:

1.2.2.1. A Administração dispõe tão somente dos anteprojetos.

1.2.2.2. A natureza e a complexidade das obras de contenção e drenagem, especialmente em áreas sujeitas a instabilidades geotécnicas como o Bairro Nossa Senhora de Fátima, demandam uma abordagem que integre de forma eficiente a elaboração dos projetos e a execução das obras. A adoção do regime de contratação integrada, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021,

apresenta-se como a solução mais adequada para otimizar o processo de contratação e execução.

1.2.2.3. Este modelo permite que a responsabilidade pela execução, compatibilização e otimização dos projetos com a execução física seja transferida à Contratada. Tal integração garante que a expertise da empresa especializada seja empregada desde as fases iniciais de planejamento e detalhamento, resultando em soluções técnicas mais robustas, inovadoras e alinhadas com as condições reais do local.

1.2.2.4. A principal vantagem reside na minimização de riscos e na redução da probabilidade de aditivos contratuais decorrentes de incompatibilidades entre o que foi projetado e o que é exequível em campo. Ao centralizar a responsabilidade pelos projetos e pela execução em um único contratado, promove-se maior celeridade na entrega da solução final, maior controle de qualidade e uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

### 1.3. Modalidade de Licitação

1.3.1. Concorrência eletrônica, conforme art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3.2. Processo com inversão de fases, conforme art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 1.3.2.1. Justificativa:

1.3.2.1.1. Considerando o vulto e a elevada complexidade técnica do objeto — que envolve intervenções críticas de retaludamento e estabilização de encostas em área de risco — a Administração opta pela inversão de fases prevista no Art. 17, §1º da Lei nº 14.133/2021, antecipando a fase de habilitação ao julgamento das propostas.

1.3.2.1.2. Tal medida fundamenta-se na necessidade de garantir que apenas empresas com a qualificação técnica e capacidade operacional mínima comprovada participem da disputa de preços. A antecipação da habilitação privilegia a obtenção de propostas que sejam, simultaneamente, competitivas e exequíveis, evitando que o certame seja distorcido por lances de empresas inaptas à plena execução do objeto.

1.3.2.1.3. Seria temerário permitir que licitantes sem o devido *know-how* e solidez técnica disputassem a fase de lances, o que poderia induzir à proposição de preços artificialmente baixos e incompatíveis com a segurança e a magnitude do empreendimento. Assim, a inversão de fases atua como um filtro de segurança, assegurando que a disputa ocorra entre licitantes capazes de honrar o contrato e executar a solução de engenharia com o rigor técnico exigido, mitigando riscos de inexecução ou falhas estruturais graves.

#### 1.4. Critério de Julgamento

1.4.1. Menor preço, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO

### 2.1. Contexto

2.1.1. O Bairro Nossa Senhora de Fátima, localizado em Itajubá/MG, tem sido afetado por instabilidades geotécnicas, incluindo um deslizamento de encosta que impactou edificações e a segurança dos moradores. A área, especificada no memorial em anexo, necessita de intervenções urgentes para estabilização do talude e prevenção de novos acidentes.

### 2.2. Problemática Identificada

2.2.1. Risco de deslizamentos em encosta, ameaçando a segurança de moradores e edificações.

2.2.2. Necessidade de demolição de edificações já impactadas pelo deslizamento.

2.2.3. Drenagem superficial inadequada, contribuindo para a saturação do solo e instabilidade.

2.2.4. Necessidade de implantação de uma nova via para melhorar o acesso e a segurança local.

### 2.3. Objetivos Específicos

2.3.1. Garantir a estabilidade da encosta no Bairro Nossa Senhora de Fátima.

2.3.2. Mitigar os riscos de desastres naturais relacionados a deslizamentos que impactam esta localidade.

2.3.3. Implantar um sistema de drenagem eficiente para as águas pluviais.

2.3.4. Executar a terraplanagem necessária para a conformação dos taludes e implantação de nova via.

2.3.5. Promover a segurança da população residente na área de intervenção.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO TÉCNICA

#### 3.1. Área de Intervenção

3.1.1. A área de intervenção localiza-se no Bairro Nossa Senhora de Fátima, em Itajubá/MG, conforme indicado nos levantamentos topográficos e projeto geométrico.

#### 3.2. Principais Intervenções Previstas

##### 3.2.1. Terraplanagem e Retaludamento.

3.2.1.1. Execução de cortes e aterros para reconfiguração da encosta, seguindo as inclinações de projeto geométrico.

3.2.1.2. As camadas de aterro deverão ser compactadas em espessura máxima de 0,50 metros.

3.2.1.3. Cobertura vegetal dos taludes por meio de hidrossemeadura para controle de erosão.

3.2.1.4. O material excedente (bota-fora) será transportado para local apropriado.

#### 3.3. Sistema de Drenagem

3.3.1. Rede Tubular: Implantação de tubos de concreto para condução das águas pluviais.

3.3.2. Valetas de Proteção: Construção de valetas de proteção de cortes com revestimento em concreto.

3.3.3. Descidas d'Água: Execução de descidas d'água em degraus para dissipar a energia do escoamento nos taludes.

#### 3.4. Estruturas Complementares:

3.4.1. Poços de Visita.

3.4.2. Chaminés para poços de visita.

3.4.3. Caixas Coletoras de Sarjeta com grelhas de concreto.

#### 3.5. Serviços Preliminares

3.5.1. Limpeza do local com remoção de material solto e vegetação.

3.5.2. Demolição das edificações impactadas pelo deslizamento da encosta.

### 4. PRODUTOS E ETAPAS DA CONTRATAÇÃO INTEGRADA

#### 4.1. Da Metodologia de Desenvolvimento dos Projetos (BIM):

Os projetos (básico e/ou executivo) deverão ser obrigatoriamente desenvolvidos utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), em conformidade com o disposto no art. 19, §3º da Lei nº 14.133/2021. A escolha por esta tecnologia justifica-se pela necessidade de garantir maior precisão nos quantitativos, reduzir incompatibilidades entre as disciplinas de engenharia (geotecnia, drenagem e pavimentação) e permitir uma gestão mais eficiente do ciclo de vida da obra. O uso do BIM possibilitará a simulação virtual das intervenções de retaludamento, mitigando riscos de erros executivos em áreas críticas de encosta e assegurando que o modelo digital gerado sirva como uma base fidedigna para a futura manutenção e operação da infraestrutura pelo Município.

#### 4.2. Etapa 1 – projetos

##### 4.2.1. Estudos Preliminares

##### 4.2.2. Levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado coordenadas 22°26'29,76"S e 45°26'17,84O.

##### 4.2.3. Levantamento de edificações e propriedades afetadas.

##### 4.2.4. Estudos ambientais e licenciamento (se aplicável).

#### 4.3. Sondagens

##### 4.3.1. Execução de sondagens geotécnicas suficientes para caracterizar o subsolo e subsidiar os projetos de fundação e contenção.

#### 4.4. Projetos Executivos Necessários

##### 4.4.1. Projeto Hidráulico-Hidrológico:

##### 4.4.1.1. Dimensionamento com base no estudo hidrológico fornecido no memorial descritivo, utilizando a equação de chuvas intensas para Itajubá e metodologia do Manual do DNIT.

##### 4.4.1.2. Dimensionamento para tempo de retorno mínimo de 25 anos.

##### 4.4.2. Projeto de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais:

##### 4.4.2.1. Detalhamento de todos os dispositivos listados no item 3.2.2 do memorial descritivo (rede tubular, valetas, descidas d'água, PVI's, caixas coletoras).

##### 4.4.3. Projeto Estrutural:

##### 4.4.3.1. A Contratada deverá projetar as soluções de contenção necessárias e adequadas para garantir a estabilidade dos taludes, incluindo memória de cálculo e detalhamento de armaduras.



4.4.4. Projeto Geotécnico:

- 4.4.4.1. Projeto de fundações para as estruturas.
- 4.4.4.2. Análise de estabilidade dos taludes de corte e aterro.
- 4.4.4.3. Recomendações para escavações e aterros.

4.4.5. Projeto de Terraplanagem:

- 4.4.5.1. Detalhamento das seções de corte e aterro.
- 4.4.5.2. Cálculo dos volumes de movimentação de terra (corte, aterro e bota-fora).

4.4.6. Projetos de Interferências:

- 4.4.6.1. A Contratada deverá realizar o levantamento dos projetos de interferências e apresentar os projetos necessários.

4.4.7. Documentação Técnica Completa

4.4.7.1. a ser entregue pela CONTRATADA juntamente com os projetos finais:

- 4.4.7.1.1. Memoriais descritivos e de cálculo.
- 4.4.7.1.2. Especificações técnicas de materiais e serviços.
- 4.4.7.1.3. Planilhas orçamentárias detalhadas.
- 4.4.7.1.4. Cronograma físico-financeiro executivo.

4.5. Prazo para Elaboração do Projeto Executivo

4.6. Prazo máximo: 90 dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

5. ETAPA 2 - EXECUÇÃO DAS OBRAS

5.1. Serviços Preliminares

5.2. Instalação de canteiro de obras.

5.3. Mobilização de equipes e equipamentos.

5.4. Placas de obra.

5.5. Locação topográfica da obra.

5.6. Limpeza do terreno e demolição das edificações impactadas.

5.7. Obras de Drenagem

5.7.1. Execução de todos os dispositivos de drenagem:

- 5.7.1.1. Escavação;
- 5.7.1.2. Execução de Valeta de Proteção.
- 5.7.1.3. Execução de Descida d'água em degraus.
- 5.7.1.4. Construção de Poços de Visita e Chaminés.

5.7.1.5. Instalação de Caixas Coletoras de Sarjeta).

#### 5.8. Obras de Terraplanagem e Contenção

5.8.1. Execução dos cortes e aterros para conformação dos taludes conforme projeto.

5.8.2. Execução das estruturas de contenção definidas no projeto executivo.

5.8.3. Transporte e descarte do material excedente (bota-fora).

#### 5.9. Obras Complementares

5.9.1. A Contratada deverá prever a recomposição de pavimentos afetados e a pavimentação da nova via, se aplicável, cujos custos devem ser detalhados.

5.9.2. Cobertura Vegetal: Execução de hidrossemeadura ou solução técnica superior para a cobertura dos taludes conformados.

#### 5.10. Prazo de Execução das Obras

5.10.1. Prazo máximo: 18 meses, contados da aprovação do Projeto Executivo e emissão da Ordem de Serviço de Obras.

### 6. FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

6.1. A fiscalização dos serviços será exercida por representante da Prefeitura Municipal de Itajubá, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem e de tudo dar ciência à Administração.

6.2. Recebimento Provisório: Ao término das obras, a Contratada solicitará o recebimento provisório, que será formalizado por termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias, após vistoria que comprove a conclusão dos serviços de acordo com o projeto.

6.3. Recebimento Definitivo: O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, depois de verificada a qualidade e a perfeição dos trabalhos. Durante este período, a Contratada fica obrigada a corrigir quaisquer defeitos ou falhas construtivas.

### 7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Elaborar e apresentar todos os projetos executivos para aprovação da Fiscalização.

7.2. Executar as obras em estrita conformidade com os projetos aprovados, normas técnicas da ABNT e boas práticas de engenharia.

7.3. Obter todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias para a execução dos projetos e obras.

7.4. Fornecer todos os materiais, mão de obra e equipamentos necessários.

- 7.5. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho, sinalização da obra e por quaisquer danos causados a terceiros.
- 7.6. Manter um Diário de Obras atualizado.
- 7.7. Cumprir toda legislação trabalhista e previdenciária
- 7.8. Efetuar todos os pagamentos e recolhimentos em dia
- 7.9. Realizar exames médicos admissionais, periódicos e demissionais
- 7.10. Fornecer todos os EPIs necessários
- 7.11. Manter registro de empregados
- 7.12. Contratar preferencialmente mão de obra local
- 7.13. Garantir condições seguras de trabalho
- 7.14. Comunicar acidentes de trabalho
- 7.15. Ao final dos trabalhos, remover o canteiro de obras e entregar a área limpa.
8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
  - 8.1. Fornecer à Contratada todas as informações e dados disponíveis para a elaboração dos projetos.
  - 8.2. Promover a desapropriação de áreas ou a instituição de servidões administrativas, se necessário.
  - 8.3. Transferir e/ou disponibilizar à Contratada todas as licenças, autorizações prévias ou dispensas correlatas ao empreendimento.
  - 8.4. Analisar e aprovar os projetos executivos dentro dos prazos estabelecidos.
  - 8.5. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos definidos no contrato.
  - 8.6. Exercer a fiscalização dos serviços.
9. ORÇAMENTO
  - 9.1. Com fulcro no Art. 24 da Lei nº 14.133/2021, a Administração opta pelo caráter sigiloso do orçamento estimado para esta contratação até a conclusão da fase de julgamento das propostas. Esta medida visa preservar a competitividade do certame, incentivando as licitantes a elaborarem suas propostas de preços com base em seus próprios custos reais e ganhos de eficiência, sem a influência de um teto previamente divulgado.
  - 9.2. A adoção do sigilo é estrategicamente vantajosa para o interesse público, pois evita que o valor estimado pela Administração funcione como um "preço de referência" que desestimule a oferta de descontos maiores. Em objetos de complexidade técnica, como o retaludamento e a drenagem, o sigilo orçamentário induz as empresas a



buscarem soluções de engenharia mais otimizadas e preços mais agressivos para garantir a vantagem competitiva, resultando em uma contratação economicamente mais favorável para o Município.

9.3. Ressalte-se que o sigilo não obsta a publicidade dos atos, uma vez que o valor estimado será prontamente divulgado após o encerramento da fase de lances, garantindo o controle e a transparência do processo, conforme preceitua a legislação vigente. Além disso, os órgãos de controle terão acesso integral e imediato ao orçamento para fins de fiscalização.

9.4. Na elaboração da proposta de preço é necessário que o licitante apresente o valor global, utilização de tabelas referenciais do ano-base do orçamento, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena elaboração do Projeto Executivo e da Execução da Obra, objeto da licitação.

## 10. SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. Os documentos de habilitação serão detalhados no Edital de Licitação, observado o disposto no CAPÍTULO VI, art. 62 a 70, da Lei nº 14.133/2021.

### 10.2. Qualificação Técnico-Profissional:

10.2.1. A licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da documentação, profissionais de nível superior detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados no conselho profissional competente, comprovando as seguintes experiências prévias:

- 10.2.1.1. execução de cortes e aterros para reconfiguração de encosta / conformação de taludes.
- 10.2.1.2. execução de obras de contenção.
- 10.2.1.3. execução de compactação de aterro.
- 10.2.1.4. execução de cobertura vegetal por meio de hidrossemeadura.
- 10.2.1.5. implantação de tubos de concreto com diâmetro de 0,80 m.
- 10.2.1.6. execução de valetas de proteção de cortes com revestimento em concreto.
- 10.2.1.7. execução de descidas d'água em degraus.
- 10.2.1.8. construção de Poços de Visita.
- 10.2.1.9. instalação de Caixas Coletoras de Sarjeta.

10.2.1.10. execução de obra(s) sob a modalidade de contratação integrada, cujos projetos tenham sido desenvolvidos na metodologia BIM.

10.3. Qualificação Técnico-Operacional:

10.3.1. A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando as seguintes experiências prévias:

10.3.1.1. execução de cortes e aterros para reconfiguração de encosta / conformação de taludes.

10.3.1.2. execução de obras de contenção.

10.3.1.3. execução de compactação de aterro.

10.3.1.4. execução de cobertura vegetal por meio de hidrossemeadura.

10.3.1.5. implantação de tubos de concreto com diâmetro de 0,80 m.

10.3.1.6. execução de valetas de proteção de cortes com revestimento em concreto.

10.3.1.7. execução de descidas d'água em degraus.

10.3.1.8. construção de Poços de Visita.

10.3.1.9. instalação de Caixas Coletoras de Sarjeta.

10.3.1.10. execução de obra(s) sob a modalidade de contratação integrada, cujos projetos tenham sido desenvolvidos na metodologia BIM.

10.4. Regularidade do Registro ou Inscrição

10.4.1. A licitante deverá apresentar:

10.4.1.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA)

10.4.1.2. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica emitida pelo CREA

10.4.1.3. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da licitação, os profissionais exigidos

10.4.2. Comprovação de vínculo:

10.4.2.1. Empregado: cópia da CTPS ou contrato de trabalho / prestação de serviços.

10.4.2.2. Sócio: contrato social

10.5. Apresentação das propostas.

10.5.1. As licitantes deverão apresentar proposta de preços contendo:

10.5.1.1. Valor Global da Proposta:

10.5.1.1.1. Valor total em algarismos e por extenso

10.5.1.1.2. Validade da proposta: mínimo 90 (noventa) dias

10.5.1.2. Planilha Orçamentária Detalhada:

10.5.1.2.1. Contendo todos os itens necessários à execução do objeto

10.5.1.2.2. Discriminação de todos os serviços e quantitativos

10.5.1.2.3. Preços unitários e totais de cada item

10.5.1.2.4. Composições do BDI e dos encargos sociais

10.5.1.2.5. Cronograma físico-financeiro

10.5.1.3. Declarações:

10.5.1.3.1. Inclusão de todos os custos diretos e indiretos (art. 63, §1º)

10.5.1.3.2. Visita técnica realizada ou declaração de conhecimento das condições (art. 63, §3º)

10.5.2. Composição do Preço: A proposta deverá incluir:

10.5.2.1. Todos os custos da execução dos projetos e das obras

10.5.2.2. Composição dos preços unitários e composições auxiliares de todos os itens integrantes da proposta, refletindo o preço ofertado. A composição será objeto de análise de exequibilidade, conforme parâmetros legais, convenções aplicáveis e obrigações contratuais.

10.5.2.3. Mobilização e desmobilização

10.5.2.4. Administração local e gerenciamento

10.5.2.5. Seguros e garantias

10.5.2.6. Licenciamento e outorgas

10.5.2.7. BDI (Bonificação e Despesas Indiretas)

10.5.2.8. Impostos e taxas

10.5.2.9. Qualquer outra despesa necessária à execução do objeto

10.5.2.10. Não serão aceitas alegações posteriores de:

10.5.2.11. Desconhecimento das condições locais

10.5.2.12. Omissões na planilha orçamentária

10.5.2.13. Erro no cálculo da proposta

10.6. Análise e Julgamento

10.6.1. Fase de Habilitação

10.6.1.1. Primeira etapa: Análise da documentação de habilitação

- 10.6.1.2. Serão verificados:
- 10.6.1.3. Habilitação jurídica
- 10.6.1.4. Regularidade fiscal e trabalhista
- 10.6.1.5. Qualificação técnica
- 10.6.1.6. Qualificação econômico-financeira
- 10.6.1.7. Declarações e outros documentos exigidos no edital

10.6.2. Resultado:

- 10.6.2.1. HABILITADA: Segue para análise da proposta de preços
- 10.6.2.2. INABILITADA: Excluída do certame (com direito a recurso)

10.6.3. Fase de Julgamento das Propostas

- 10.6.3.1. Segunda etapa: Análise das propostas de preços

10.6.3.2. Critérios de aceitabilidade:

- 10.6.3.2.1. Atendimento aos requisitos mínimos elencados e adequação de exequibilidade
- 10.6.3.2.2. Conformidade com especificações:
- 10.6.3.2.3. Verificação de atendimento completo ao objeto
- 10.6.3.2.4. Conferência de planilhas e composições
- 10.6.3.2.5. Análise de inexequibilidade (valores incompatíveis com as obrigações mínimas da contratada)

10.6.4. Classificação

- 10.6.4.1. Ordem de classificação: Do MENOR para o MAIOR preço global
- 10.6.4.2. Empate: Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate da Lei nº 14.133/2021

10.6.5. Vencedor

- 10.6.5.1. Será declarada vencedora a licitante que:
- 10.6.5.2. Estiver HABILITADA
- 10.6.5.3. Apresentar o MENOR PREÇO GLOBAL
- 10.6.5.4. Atender todas as exigências do edital e deste Termo de Referência

10.7. Negociação

10.7.1. Após a classificação, a Administração poderá:

- 10.7.1.1. Negociar condições mais vantajosas com a primeira classificada
- 10.7.1.2. Buscar redução de preços

#### 10.8. Adjudicação e Homologação

10.8.1. Adjudicação: Do objeto à licitante vencedora

10.8.2. Homologação: Pelo Prefeito Municipal após análise de regularidade do processo

#### 11. VISITA TÉCNICA

##### 11.1. Condições

11.2. A visita técnica ao local das obras é FACULTATIVA.

11.2.1. Opção 1 - Realizar a vistoria:

11.2.2. Agendamento prévio obrigatório junto à Secretaria Municipal de Obras

11.2.3. Email: [semob@itajuba.mg.gov.br](mailto:semob@itajuba.mg.gov.br)

11.2.4. Horário: dias úteis, das 12h às 18h

11.2.5. Será emitido Atestado de Vistoria

11.2.6. Opção 2 - Não realizar a vistoria:

11.2.7. Apresentar Declaração de Conhecimento das Condições Locais

11.2.8. Assumir responsabilidade total por eventuais omissões decorrentes da não realização da visita

11.2.9. A licitante declara ter pleno conhecimento das condições e peculiaridades da obra

##### 11.3. Responsabilidade

11.3.1. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das condições do local, não sendo aceitas reclamações posteriores nem solicitações de acréscimos de preços em função de dificuldades não consideradas na proposta.

#### 12. CRONOGRAMA

12.1. O cronograma físico-financeiro detalhado será apresentado pela Contratada juntamente com o Projeto Executivo, consolidando os prazos definidos neste Termo de Referência.

#### 13. PAGAMENTOS

13.1. Os pagamentos serão efetuados conforme avanço e conclusão dos marcos estabelecidos no cronograma físico-financeiro.

##### 13.1.1. Condições Gerais

13.1.1.1. Medições mensais conforme cronograma físico-financeiro aprovado



13.1.1.2. Serviços / etapas efetivamente executados, medidos e aprovados pela fiscalização

13.1.1.3. Apresentação de diário de obras atualizado

13.1.1.4. Comprovação de regularidade trabalhista, fiscal e previdenciária

13.1.1.5. Relatório fotográfico detalhado

13.1.2. Documentação para Medição

13.1.2.1. Boletim de medição assinado pela fiscalização

13.1.2.2. Diário de obra atualizado

13.1.2.3. Relatório fotográfico

13.1.2.4. Folha de pagamento e guias recolhidas

13.1.2.5. Certidões negativas atualizadas (FGTS, INSS, Fazenda, Trabalhista)

13.1.2.6. ART/RRT de execução

13.1.2.7. Prazo de Pagamento

13.1.2.8. Até 30 (trinta) dias contados da apresentação da medição completa e aprovada

13.1.2.9. A falta de documentação suspende a contagem do prazo

13.1.3. Reajuste de Preços

13.1.3.1. Periodicidade: Anual, após 12 meses da apresentação do orçamento.

13.1.3.2. Índices:

13.1.3.3. INCC-DI (FGV).

14. GARANTIAS

14.1. Garantia de Execução Contratual

14.1.1. Valor: 5% do valor total do contrato

14.1.2. Apresentação: No ato da assinatura do contrato

14.1.3. Validade: Durante toda a execução do contrato + 60 dias após o término

14.2. Garantia das Obras Executadas

14.2.1. Prazo: 5 (cinco) anos contados do recebimento definitivo, conforme legislação aplicável.

14.3. Cobertura:

14.3.1. Vícios construtivos e defeitos de materiais

14.3.1.1. Falhas de execução

14.3.1.2. Descolamentos, trincas, fissuras

- 14.3.1.3. Problemas estruturais
- 14.3.1.4. Infiltrações e vazamentos
- 14.3.1.5. Colapsos ou avarias
- 14.3.1.6. Defeitos em instalações e equipamentos

14.3.2. Responsabilidade da Contratada:

- 14.3.2.1. Reparar ou refazer serviços defeituosos sem ônus para o Município
- 14.3.2.2. Atender chamados dentro dos prazos fixados.
- 14.3.2.3. Realizar reparos em até 15 dias (casos simples) ou conforme acordo (casos complexos)

15. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

15.1.A Contratada deverá manter no local da obra, em tempo integral, um engenheiro civil como Responsável Técnico, devidamente registrado no CREA.

16. SANÇÕES

16.1.Aplicam-se as sanções previstas nos artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021

Itajubá, 26 de fevereiro de 2026.

**LUCAS VASCONCELLOS RIBEIRO CORTEZ**

Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos  
Prefeitura Municipal de Itajubá – MG